

PROPOSTAS TEÓRICAS PARA O ESTUDO DAS OCUPAÇÕES DITAS INFORMAIS

BEATRIZ REGINA ZAGO DE AZEVEDO

Economista, Mestrado em Sociologia, Ciência Política e Antropologia da UFRGS, Técnico da Fundação de Economia e Estatística.

Introdução

A partir da segunda Guerra Mundial, quando se aprofundou o debate em torno do subdesenvolvimento, surgiram duas correntes interpretativas. A primeira via o subdesenvolvimento como produto do desenvolvimento capitalista, ou seja, como resultado da inserção de sociedades periféricas no capitalismo mundial. A segunda corrente, ligada à teoria da modernização, encarava o subdesenvolvimento como um retardo do desenvolvimento, tendo sua origem na sobrevivência de estruturas pré-capitalistas e, conseqüentemente, na coexistência de setores tradicionais e modernos.

Ainda que repousando em postulados ideológicos opostos, essas duas correntes teóricas tendem a analisar o subdesenvolvimento tendo como referência uma relação externa, seja ela a oposição centro-periferia, seja a oposição setor capitalista — não capitalista.

Uma maneira alternativa de repensar a dinâmica de expansão do capitalismo nas sociedades subdesenvolvidas pode constituir-se no estudo do chamado setor informal (ou setor não-estruturado, ou pequena produção mercantil, ou produção não tipicamente capitalista etc.) nas cidades do terceiro mundo.

Tal estudo permitiria superar a noção de um setor tradicional passivo, simples fornecedor de mão-de-obra ao setor moderno e uma mera negação de modernidade. Enfim, como um conjunto de atividades, que nada mais seria do que um peso morto para o processo de desenvolvimento. Por outro lado, permite encarar esse conjunto de atividades urbanas como elos, últimos elos, de uma cadeia de relações capitalistas, submetidos, mesmo que indiretamente, à valorização do capital.

Esse conjunto de atividades urbanas considerado, via de regra, não tipicamente capitalista, parece constituir-se em um tema de estudo privilegiado para compreender os dinamismos econômicos específicos, as estratégias de vida ou de sobrevivência de parcelas significativas da população urbana. Nesse sentido, é uma nova maneira de analisar os mecanismos particulares de reprodução do capital nas sociedades subdesenvolvidas.

Ao verificar-se como essas atividades se desenvolvem, descobre-se um universo oculto, uma vez que tais ocupações usualmente escapam dos meios de investigação estatística, à medida em que não são registrados nos

sistemas de contas nacionais, e não se encontram incluídas nas principais interpretações teóricas acerca do subdesenvolvimento.

A importância dessas atividades reside não só no fato de concentrarem significativa parcela da população urbana dos países subdesenvolvidos, como também por gerarem renda, sendo muitas dessas atividades, de alguma forma, úteis à expansão de capital. Sob a ótica de atividades individuais, tais como as dos engraxates, lavadores de carro, catadores de papel, entregadores de pacote etc. — que constituem uma população dita marginal —, ocupam parte considerável das populações urbanas do terceiro mundo.

Sob a ótica de atividades coletivas, artesanatos, serviços de reparação ou manutenção, comércio varejista, pequenos transportes, serviços pessoais, são atividades geradoras de renda, que tendem a se desenvolver conforme as necessidades do capital.

Este texto propõe-se a levantar algumas questões relativas ao significado e importância dessas atividades no interior das economias urbanas, em continuidade às reflexões iniciadas em trabalho anterior.¹

Embora os diversos estudos examinados trabalhem com categorias teóricas distintas — setor informal, marginalidade, ramos do Setor Terciário, produção não tipicamente capitalista, produção simples de mercados —, tratam, de certa forma e às vezes indiretamente, daquelas atividades que não apresentam relações de trabalho assalariadas e onde se ocupa predominantemente a população de baixa renda.

Com a preocupação de examinar mais especificamente a realidade concreta, far-se-á uma investigação empírica baseada em uma amostra populacional residente em Porto Alegre. Dada a inexistência de dados atuais e disponíveis para a mensuração dessas atividades, utilizou-se algumas das informações contidas em um projeto de pesquisa, realizado pelo programa de Pós-Graduação em Administração da UFRGS.²

Embora tais dados não permitam agregar um suficiente conhecimento sobre o tema, tornam possível, pelo menos, realizar algumas especulações em torno desse conjunto de atividades na cidade de Porto Alegre.

Algumas Questões sobre o Tema

Vários estudos voltados à caracterização das atividades, onde se supõe que se emprega e se subemprega grande parte da população urbana nos países subdesenvolvidos, têm apresentado enfoques bastante diferenciados.

A antiga dicotomia setor moderno/tradicional foi substituída pelas oposições setor formal/informal, setor estruturado/não estruturado, setor moderno/tradicional, circuito superior/inferior, economia de empresa/economia de bazar, trabalho integrado/marginal, trabalho assalariado/autônomo etc.

¹ AZEVEDO, Beatriz. A produção não tipicamente capitalista: diversas abordagens. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, FEE, 1(2):233-74, 1981.

² Agradeço ao Professor Jacobo Waiselfisz, responsável pela pesquisa, por ter gentilmente fornecido os dados.

Os distintos critérios utilizados para definir tais atividades levaram à formulação de diversas categorias de análise, cada qual baseada em uma diferente interpretação acerca da "funcionalidade" dessas ocupações para o processo de acumulação capitalista.

Quanto a essas "funções", surgem duas hipóteses principais e antagônicas. De um lado, está a negação do caráter funcional para o desenvolvimento capitalista de um contingente de indivíduos considerados marginalizados pelo sistema econômico. Tal corrente interpretativa está ligada à teoria da Cultura da Pobreza (Oscar Lewis) que interpreta a marginalidade como fenômeno psicológico de alheamento e de dependência oriundo da pobreza. Decorreria daí a disfuncionalidade desses grupos marginais, uma vez que a "cultura da pobreza" impediria o desenvolvimento de habilidades, padrões de conduta, ambições e uma série de atributos de comportamento que, segundo Lewis, seriam necessários para capacitá-los a contribuir para o desenvolvimento capitalista.

Por outro lado, tem-se a demonstração da funcionalidade desses grupos marginais urbanos por parte da teoria histórico-estrutural de desenvolvimento. Embora apresentando diversas variantes interpretativas, a hipótese principal que norteia todas as análises a ela relacionadas refere-se à necessidade, por uma causa ou outra, da marginalidade para a acumulação capitalista.

Enquanto na primeira corrente de interpretação está implícita uma idéia de transição, isto é, a possibilidade futura desses grupos marginais virem a se integrar aos padrões capitalistas de comportamento e, dessa forma, responderem às necessidades do capital, a segunda versão nega essa transitoriedade do fenômeno, demonstrando que ele se constitui em um componente intrínseco ao processo de produção capitalista.

A origem desse fenômeno tem sido também objeto de discussão e controvérsia. Usualmente, as abordagens teóricas acerca dessas atividades costumam esgotar-se no argumento de que sua existência parece vincular-se a uma perversidade do capitalismo nos países periféricos/dependentes. Em outros termos, a impossibilidade de empregar-se estavelmente no setor capitalista industrial faria com que esse contingente permanecesse desempregado ou, na melhor das hipóteses, se subempregasse em ocupações consideradas instáveis e improdutivas, especialmente no setor urbano de prestação de serviços.

Dessa tese, decorrem importantes críticas³ negando essa relação, pressuposta por algumas teorias de marginalidade urbana entre uma situação de dependência/periferia e desemprego. Em primeiro lugar, porque essa associação não se constitui em um exame científico e cuidadoso acerca das possibilidades do capitalismo tanto no centro como na periferia.

Isso porque não logra demonstrar com rigor, de um lado, o fato de que o capitalismo, ao expandir-se em sua periferia, não possa desenvolver as forças produtivas e, de outro lado, que o desenvolvimento capitalista suponha a existência constante de pleno emprego. Somente a demonstração desses dois fatos permitiria a conclusão de que o capitalismo estaria assumindo formas mais perversas na periferia.

³ FARIA, Vilmar. Pobreza urbana, sistema urbano e marginalidade. São Paulo, Brasiliense, 1974. (Estudos Cebrap, 9)

Para entender porque persistem o desemprego e o subemprego, é preciso examinar, antes de mais nada, de que maneira o capital produz a força de trabalho de que necessita nas economias subdesenvolvidas⁴. Nas economias periféricas, como um continente significativo da população ainda está engajado em atividades consideradas não tipicamente capitalistas, a destruição dessas implica um fluxo contínuo de força de trabalho que se destina ao mercado capitalista de trabalho. O processo de produção de força de trabalho assume ainda diferentes formas, dentre elas a capitalização de atividades, antes organizadas sob forma de exploração semi-servil ou produção simples de mercadorias (pequenos comerciantes e artesãos), transformação de atividades voltadas para o auto consumo em produção mercantil (serviços domésticos passando a ser realizados por empresas capitalistas), liberação de um excedente de força de trabalho engajado na produção simples de mercadorias via aumento de produtividade (uso de aparelhos domésticos reduzindo a duração das tarefas das donas-de-casa) etc.

Para V. Faria, a análise científica deve perguntar "que fatores (e como) contribuem para qualificar as formas de expansão das forças produtivas na periferia e seu relacionamento com a questão do crescimento populacional e do emprego. Essas qualificações, no caso do problema da "marginalidade" residem na explicação dos diversos componentes do processo de pauperização, proletarianização e marginalização, explicação esta ligada à especificação do que corresponde, nesse processo, à expansão capitalista em geral, à expansão capitalista na periferia, às condições históricas peculiares de cada situação. Sem estas especificações o que se tem são gotas de ciência no oceano da ideologia".⁵

Em segundo lugar, surge a questão tecnológica. Algumas teorias costumam explicar a "marginalidade" pelo uso de tecnologia "inadequada" na periferia, como se a ação do capital na escolha dos fatores pudesse deixar, em algum momento, de corresponder as suas próprias necessidades de expansão, tornando-se mais sensível às necessidades da população (maior utilização do fator trabalho) e que, ao não agir dessa maneira, o desenvolvimento capitalista periférico estaria assumindo características perversas ou irracionais.

Ora, a questão tecnológica deve ser encarada sob um ângulo diverso: "(...) o capitalismo se desenvolve, na periferia como em qualquer outro lugar, destruindo formas mais arcaicas (do ponto de vista do capital) de produção, convertendo a mais valia absoluta em mais valia relativa, alterando a composição orgânica do capital e, tudo isto, para garantir o seu processo de reprodução ampliada. (...). Nesse contexto, o uso de tecnologia avançada pode corresponder às necessidades de desenvolvimento da acumulação de capital sendo a opção contrária a opção irracional".⁶

Por outro lado, as teorias sobre a marginalidade, ao exigirem do capital a responsabilidade de garantir emprego e condições de vida à popu-

⁴ SINGER, Paul. Emprego, produção e reprodução da força-de-trabalho. In: —. *Economia política do trabalho*. São Paulo, HUCITEC, 1977.

⁵ FARIA, Op. cit., nota 3, p.135.

⁶ Ibidem, p.136.

lação, estão invertendo os termos do chamado problema populacional. Ou seja, ao invés de sua explicação vincular o crescimento populacional às necessidades dinâmicas da produção capitalista, acaba por subordinar a dinâmica da acumulação à dinâmica da população.

"Ora, do ponto de vista da análise histórica-estrutural, parece teoricamente mais adequado a hipótese de que o capital garante no seu movimento de expansão os volumes necessários de população (incluindo um exército de reserva) mas que não corresponde à sua dinâmica adequar-se a volumes dados da população."⁷

Deixando de lado as críticas teóricas acerca dessas categorizações, tem-se observado que elas não têm logrado dimensionar empiricamente o fenômeno objeto de suas análises. Isto é, a busca por definições teóricas e a conseqüente formulação de categorias não resultaram no estabelecimento de critérios suficientes para avaliar o problema em suas dimensões reais. A inviabilidade empírica dessas teorizações, impedindo a passagem metodológica de um plano abstrato (teórico) para o concreto (real), é explicada por V. Faria: "Ao se limitarem à análise de categorias, as teorias da marginalidade não têm avançado muito no sentido de oferecer procedimentos adequados para o dimensionamento da marginalidade (ou do exército industrial de reserva) para que se possam avaliar as hipóteses relativas ao comportamento do fenômeno em condições variáveis (nos momentos de depressão e nos momentos de auge, por exemplo)".⁸

Em função disso, o autor propõe que "a teoria ao tecer a trama de determinações no movimento do abstrato ao concreto, incorpore o papel das mediações relevantes", uma vez que "as teorias da marginalidade urbana sofrem outra limitação: deixam de considerar a influência de diferentes sistemas urbanos no dimensionamento, localização espacial, articulação geográfica de diferentes formas de organização da produção prevalentes numa sociedade concreta e as conseqüências desses processos para a marginalidade urbana".⁹

Uma outra importante questão refere-se ao ranço metodológico que permeia a maior parte dos estudos voltados à análise das atividades econômicas. Embora criticando a setorialização da economia, proposta por Colin Clark, e às vezes utilizando categorias alternativas de análise, tais estudos não conseguem escapar do esquematismo setorial de Clark.

O arraigamento à concepção clássica de Colin Clark, relativa à segmentação setorial da economia, tem produzido profundas distorções analíticas, principalmente no que se refere à compreensão do funcionamento das atividades aqui em exame, incluídas usualmente no Setor Terciário.

Restando ao Terciário um conjunto residual de ocupações, cujo denominador comum seria o caráter não corpóreo e imaterial de seus produtos, esse acaba reunindo uma gama variada e heterogênea de atividades que nada têm a ver entre si. Isto é, seus movimentos de expansão e contração são provocados por forças econômicas distintas. Torna-se impossí-

⁷ FARIA, Op.cit. nota 3, p. 137.

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem.

vel comparar, por exemplo, o comportamento do setor financeiro com o funcionamento de um grupo de atividades voltadas à produção de bens e serviços que, opondo-se aos demais, têm como base um padrão não tipicamente capitalista de crescimento. Cabe, portanto, salientar a necessidade de elaborar-se uma análise acerca dessas atividades que, incorporando a realidade, esteja voltada a situações concretas específicas. Mais importante do que buscar nomenclaturas ou generalizações teóricas mais abrangentes acerca do fenômeno, não seria, enfim, dimensioná-lo em uma realidade particular?

Propostas de Estudo

Como propostas concretas de estudos acerca desse fenômeno, foram selecionados alguns textos que se propõem a examinar uma realidade específica, valendo-se de categorias teóricas diversas.

Em trabalho recente¹⁰, F. Oliveira, ao criticar a concepção clássica da divisão social do trabalho em termos de segmentação setorial (Primário, Secundário, Terciário), dá ênfase ao caráter que assume atualmente a prestação de um conjunto de serviços urbanos, em termos gerais, e especificamente na cidade de São Paulo.

Denunciando a concepção de Colin Clark que distingue a produção do homem pela distância em relação à natureza, conclui que ao Terciário, nesse sentido, corresponderia uma classe de trabalho que, ao apresentar tão remotas ligações com a natureza, conferiria um caráter muito especial a esse ramo da produção social, à medida em que seus produtos seriam imateriais, sem corporeidade etc. Segundo o autor, o esquematismo de Colin Clark não considerou os determinantes históricos da divisão social do trabalho e as relações técnicas que emergem a partir da configuração de certos modos de produção, ao mesmo tempo em que conferiu pouco relevo à questão das relações intersetoriais e, particularmente, ao papel do Terciário enquanto esfera particular da circulação do capital. Para ele, é justamente sob esses aspectos que a "terciarização" pode ser melhor entendida.

A contribuição original de F. Oliveira, no sentido de avançar na discussão de significado de um conjunto de serviços comumente prestados nas cidades, consiste em propor uma nova maneira de encarar a divisão social do trabalho e o Terciário. Em primeiro lugar, esse deveria ser encarado como resultado da mudança nas formas históricas da divisão social do trabalho (isto é, como uma atividade que se separa de um conjunto anterior de trabalho simples) e não uma nova atividade. Em segundo lugar, como resultado do fato de ser o sistema capitalista um sistema de dominação e daí a necessidade de criação de serviços voltados ao controle social (atividades políticas, religiosas, financeiras, sindicais etc.). E, por último, da necessidade de analisar o Terciário, investigando-se não o próprio setor, mas o padrão de acumulação que lhe dá origem.

¹⁰ OLIVEIRA, Francisco de. *O terciário e a divisão social do trabalho*. Rio de Janeiro, Vozes, s.d. (Estudos Cebrap, 24).

O exame do Setor Terciário encontra-se aqui incluído, pois esse setor parece constituir-se no espaço econômico urbano que mais comporta formas não tipicamente capitalistas de trabalho.

Não cabe, portanto, lamentar as magnitudes absolutas dos setores, e particularmente do Terciário, mas sim entendê-las, tendo em vista os requisitos da acumulação capitalista.

Assim é que, à medida em que o processo de industrialização se torna o motor de expansão da economia brasileira, o Terciário deixa de configurar como o responsável pelas funções de circulação e distribuição dos bens exportadores, assumindo o novo papel de sustentáculo da expressão urbana do desenvolvimento industrial. Esse produziu as enormes metrópoles brasileiras, uma vez que passou a exigir enormes contingentes de força de trabalho para integrar em suas atividades para a expansão horizontal dos serviços¹¹ e para a formação do exército industrial de reserva. Com a ampliação e consolidação da indústria, redefine-se internamente o Terciário, o qual passa a apresentar tendências concentracionistas em alguns de seus subsetores (como por exemplo, o caso da intermediação financeira), traduzindo-se no aumento do tamanho de empresas, expansão das relações assalariadas etc.

Isso não significa que o padrão de crescimento horizontal dos serviços tenha deixado de ser predominante. Com efeito, Singer¹² mostra que justamente a especificidade do Terciário está no fato de que seus serviços se organizam, predominantemente, como produção simples de mercadorias, ao contrário da industrialização que leva os setores capitalistas a se expandirem às custas desse modo de organização.

"No terciário (...) os serviços organizados como empresa capitalista predominam em alguns ramos (comércio, finanças), mas em outros (educação, saúde, governo) a empresa sem fim de lucro é que é hegemônica e em outros ainda (como certos serviços pessoais: cabeleireiros, tinturarias, fotógrafos etc.) a produção simples de mercadorias é dominante."¹³

Uma importante questão levantada por Singer diz respeito à necessidade de verificar-se se existe uma tendência, nos países subdesenvolvidos, no sentido dos serviços pessoais se expandirem em termos de emprego, sem deixarem de se organizar predominantemente como produção simples de mercadorias.

Tal questão, de certa forma, é respondida por E. Jelin, em seu estudo sobre as formas organizativas da atividade econômica na cidade de Salvador¹⁴, onde ela detectou a predominância crescente da produção simples de mercadorias em certos tipos de atividade.

A produção simples de mercadorias baseia-se na existência de produtores independentes que vendem bens e serviços para clientes. Nesse caso, o produtor controla seus meios de produção, não há apropriação de mais-valia, as relações se estabelecem com os clientes (ao invés de patrões e empregados) durante o processo de comercialização e não durante o pro-

¹¹ OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo, Brasiliense, 1972. (Estudos Cebrap, 2).

¹² SINGER, Paul. *A economia dos serviços*. Rio de Janeiro, Vozes, s.d. (Estudos Cebrap, 24).

¹³ Ibidem, p. 133.

¹⁴ JELIN, Elizabeth. *Formas de Organização da atividade econômica e estrutura ocupacional: o caso de Salvador*. São Paulo, Brasiliense, 1974 (Estudos Cebrap, 9).

cesso de produção. A diferença fundamental dessa forma de organização com a empresa capitalista típica é o uso, por parte dessa última, da mão-de-obra assalariada. Assim, a relação central na organização capitalista dá-se entre o empresário e o trabalhador, à medida em que o primeiro compra força de trabalho em troca de salários e utiliza essa força de trabalho na produção de bens e serviços, apropriando-se do excedente produzido pelo trabalhador.

Com o objetivo de realizar uma distinção operacional entre ambas as formas de organização a nível dos setores produtivos, E. Jelin calcula os percentuais de participação dos trabalhadores autônomos nos diversos setores uma vez que eles representam o caso típico, ainda que não único, da produção simples de mercadorias.

A partir desse procedimento, a autora detectou que a maior parte do trabalho autônomo se concentra em atividades como comércio ambulante, indústria não fabril e serviços de reparação. Em contrapartida, a proporção de autônomos na indústria fabril, no comércio e serviços estabelecidos é relativamente pequena.

A produção simples de mercadorias é considerada como a forma clássica da produção mercantil de bens de consumo que atravessou diversos modos de produção dominantes. A influência da expansão do capitalismo sob a produção simples e de mercadorias implicou deslocamento ou desaparecimento da atividade artesanal organizada sob essa forma, à medida em que a economia capitalista foi incorporando algumas dessas atividades. Isso não significa, porém, a extinção da produção simples de mercadorias, mas sim sua especialização em determinadas atividades econômicas específicas, como a prestação de serviços pessoais e os serviços de reparação, numa tentativa de ocupar brechas no sistema econômico que não interessam ao investimento capitalista. Além disso, a própria expansão capitalista passa a exigir o surgimento de novas atividades organizadas sob a forma de produção simples de mercadorias, as quais respondem às novas necessidades do capital. Nesse caso, incluem-se os serviços de reparação dos novos bens de consumo industrializados (automóveis, artefatos elétricos etc.), os quais apresentam maior eficiência quando realizados em pequenas unidades produtivas ou por trabalhadores autônomos, uma vez que esses têm uma certa flexibilidade na execução dessas tarefas, de modo a permitir a solução de problemas não rotineiros. De outro lado, tem-se a produção de determinados bens e serviços para empresas, como produção de componentes industriais, serviços de instalação e manutenção da maquinaria etc.

"Dado o caráter heterogêneo e não padronizável dessas novas atividades e o grau relativamente baixo de capitalização requerido, essas atividades adotam a forma organizativa da produção simples, ao invés da forma empresarial, apesar de serem criadas diretamente pelo desenvolvimento capitalista e integradas a processos de produção organizados em forma capitalista."¹⁵

Em função do comportamento heterogêneo que apresenta o conjunto dessas atividades caracterizadas como não tipicamente capitalistas, seria difícil sugerir uma proposta abrangente de estudo capaz de incluir teoricamente todos os casos particulares.

¹⁵ JELIN, Op.cit. nota 14, p.70.

Entretanto há um postulado básico a ser considerado, ou seja, de que existe um só e único movimento que cria e articula as atividades não tipicamente capitalistas em função de uma única lógica, a do capital.

É essa a hipótese principal de um grupo de autores preocupados em definir teoricamente esse conjunto de atividades urbanas.

H. Coing¹⁶, em seu estudo sobre a "Pobreza urbana e setor informal", propõe um novo método de análise onde a diferenciação formal/informal seja vista como um processo resultante da criação de mais-valia. Sua proposta alternativa consiste em definir o setor informal somente a partir de sua relação com o setor formal, dado que é essa relação que o determina. A partir do exame do processo de valorização do capital, será possível descobrir porque se opera a "divisão do trabalho" entre a produção capitalista e a produção não tipicamente capitalista e sob que dinâmica se regem.

J. R. Prandi, por sua vez, ao buscar o sentido do trabalho por conta própria no processo de transformação global da sociedade, determinado pelas regras básicas da acumulação capitalista, conclui que, embora essa forma de trabalho não seja essencialmente capitalista, ela não pode explicar-se senão como resultado da acumulação capitalista.

"Não se trata (...) de duas realidades independentes operando conjuntamente. Uma não independe da outra na determinação de sua existência. Ambas estão determinadas num só processo, que é o processo de acumulação de capital."¹⁷

O autor procura demonstrar que a existência do trabalhador por conta própria não pode ser encarada como uma anormalidade face às relações capitalistas de trabalho, a não ser, ressalva ele, que se considere a extração de mais-valia como a única forma de exploração do trabalho pelo capital.

Embora tendo como objeto de estudo uma categoria de análise distinta, Kowarick segue nessa mesma linha, entendendo a marginalidade como algo dentro do sistema e como um dos ingredientes do seu dinamismo.

"(...) Trata-se de uma única lógica estrutural, de tipo capitalista, que reúne formas desiguais e combinadas, e que, ao se expandir recria as modalidades produtivas 'arcaicas' (principalmente o artesanato e a indústria a domicílio), criando também 'novas' formas 'tradicionais' na divisão social do trabalho (notadamente o trabalho autônomo no setor terciário da economia: vendedores ambulantes, os trabalhadores autônomos ligados aos serviços de reparação e conservação, vigilância, limpeza e carga, empregos domésticos, bem como um conjunto variado de atividades mal definidas cujo executor pode ser designado de 'tarefeiro'). Estes tipos de trabalho não são apenas constantemente fecundados pelo sistema capitalista como também estão a ele estruturalmente articulados."¹⁸

¹⁶ COING, Henri. *Pauvreté urbaine et secteur informal*. (mimeo).

¹⁷ PRANDI, José Reginaldo. *O trabalhador por conta Própria*. São Paulo, Símbolo, 1978.

¹⁸ KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

Em outros termos, para Kowarick, não se trata de duas estruturas, sendo uma delas "moderna" e outra "tradicional" ou "arcaica", mas sim de uma única lógica estrutural, de tipo capitalista, que gera e mantém formas não tipicamente capitalistas de atividades na divisão social do trabalho.

Da mesma forma, conclui P. R. Souza¹⁹ ao caracterizar o setor informal como "formas de organização que se inserem na estrutura econômica de forma intersticial junto com as formas propriamente capitalistas, mas atuando em espaços de mercado perfeitamente delimitados que são criados, destruídos e recriados pela expansão do sistema hegemônico".

Para o autor, o mercado dos bens e serviços produzidos pelos setores formal/informal é um só, não podendo haver expansão de um sem afetar o outro.

Francisco de Oliveira, ao criticar as teses dualis-estruturalistas que opõem um setor atrasado a um setor moderno, também sustenta que tal dualidade se constitui em um aspecto formal, pois "de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado moderno cresce e se alimenta da existência do 'atrasado' (...)"²⁰

Estudar, portanto, a chamada produção não tipicamente capitalista é encará-la sob o ponto de vista do capital. O outro lado dessa questão, porém, está na visão funcionalista desse conjunto de atividades urbanas. Isto é, encarar sua sobrevivência e expansão sob uma perspectiva única e global de algo funcional para o sistema capitalista como um todo. Essa visão pressupõe enxergar o capitalismo isento de contradições. Como esclarece H. Coing se é verdade que há uma constante recriação de formas de produção alheias à lógica do capital, porém funcionais do ponto de vista da acumulação, também é verdade que isto não ocorre maciçamente, isto é, cada aspecto do processo é funcional do ponto de vista de um tipo de capital, de uma fração de seus interesses, e, ao mesmo tempo, se mostra disfuncional para outro tipo de capital.

Há que, portanto, se examinar separadamente essas formas de produção alheias à lógica do capital, de modo a entendê-las em todas as suas especificidades.

Uma tipologia mais definida acerca das atividades não tipicamente capitalistas é apresentada por Inaia de Carvalho²¹, em seu estudo sobre a cidade de Salvador. São nessas atividades que se desenvolvem, predominantemente, as relações de trabalho não assalariadas e onde se ocupa, em geral, a população de baixa renda. Sua análise das características desse conjunto de atividades permitirá compreender melhor o universo ocupacional dos trabalhadores autônomos, objeto do exame empírico realizado a seguir.

¹⁹ SOUZA, Paulo Renato. *Duas "funções" da pequena produção mercantil na acumulação capitalista em economias atrasadas*. (mimeo).

²⁰ OLIVEIRA, Francisco de. *Economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo, Brasiliense, 1972. (Estudos Cebrap, 2).

²¹ CARVALHO, Inaia de. *A produção não-capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador*. Recife, 1978. (mimeo).

Segundo I. Carvalho, a expansão do capitalismo determina tendências diversas para essas atividades organizadas sob formas não tipicamente capitalistas. Isso significa que algumas dessas atividades entram em extinção, isto é, são penetradas pelo capital e passam a ser organizadas sob formas capitalistas; outras atividades apenas sobrevivem, absorvendo grandes parcelas da população ocupada, e outras, ainda, surgem e expandem-se em espaços abertos pelo próprio processo de expansão industrial.

No grupo de atividades que tendem a ser destruídas pela expansão da produção em moldes capitalistas, destacam-se aquelas ocupações geralmente realizadas por conta própria, como engraxates, bordadeiras e serzideiras, carroceiros, carregadores, sapateiros, alfaiates, vendedores de produtos alimentares a domicílio (como verdureiros, por exemplo) etc. Em geral, esse conjunto de serviços, por não apresentar condições de competição face aos serviços similares prestados, em grande escala, por empresas organizadas em moldes capitalistas, acaba sendo expulso do mercado.

No segundo grupo de atividades — aquelas caracterizadas pela grande absorção de mão-de-obra —, destacam-se o serviço doméstico assalariado ou por conta própria, artesanato tradicional, pequeno comércio ambulante ou estabelecido, prestação de serviços pessoais e uma parte das ocupações vinculadas à construção civil, realizadas por trabalhadores autônomos.

No caso do serviço doméstico, a expansão do mercado para essa ocupação está ligada ao próprio tipo de desenvolvimento, o qual tende a alargar cada vez mais as camadas altas e médias e, conseqüentemente, seu respectivo nível de consumo. Isso implica uma maior utilização de pessoal assalariado no desempenho de serviços pessoais — limpeza de roupas e da habitação, cuidado com crianças, alimentação. A opção pela execução desses serviços no seu próprio âmbito doméstico garante a essas camadas um menor custo e mais conforto do que se esses serviços fossem prestados por empresas especializadas — lavanderias, creches, restaurantes etc. Embora, recentemente, tenha havido a saída de mão-de-obra feminina desse tipo de atividades para outras ocupações (como serviços de limpeza pública etc.), essas tarefas continuam ainda a absorver um contingente razoável de mulheres.

Já o artesanato tradicional, de que se ocupam costureiras, sapateiros, doceiras, bordadeiras etc., tem sua produção ameaçada pelas organizações capitalistas. Essas atividades, realizadas geralmente por mulheres, em suas próprias residências e em tempo parcial, são ocupações que tendem, gradativamente, a passar para o grupo de atividades em extinção²².

Entretanto há uma parte da produção artesanal — voltada à fabricação de produtos típicos regionais — que, ao contrário, tem-se expandido com ba-

²² Em seu trabalho "Desenvolvimento e mudança social", S.P., Nacional, 1968, Juarez Brandão Lopes, ao analisar o artesanato do Nordeste, explica a sua forte tendência ao declínio pela crescente incorporação da produção ao mercado baseado na produção capitalista. Como produtos artesanais que ainda subsistem, o autor destaca a cestaria, bordados, cerâmica, artefatos de metal e de couro, tecelagem manual, charutos e cigarros, joalheria e ourivesaria. Essas atividades de baixa renda destinam-se a atender populações que apresentam precárias condições de vida, que não têm condições de adquirir esse tipo de mercadorias no mercado capitalista.

se na transformação do valor do uso de suas mercadorias e no atendimento de um mercado de altas rendas.

No caso de pequeno comércio — vendedores ambulantes, feirantes, proprietários de pequenos estabelecimentos etc. sua sobrevivência em condições precárias é viabilizada pela existência na periferia das cidades, onde geralmente se localiza, de um amplo contingente populacional de baixas rendas, para o qual fornece bens e serviços em condições "mais facilitadas". Isto é, os hábitos de compra dessa camada urbana de baixa renda explicam-se, essencialmente, pelas relações pessoais que se estabelecem entre o vendedor e o comprador, pela possibilidade de venda a crédito (fiado), pela proximidade entre as unidades do pequeno comércio e as moradias, pela frequência de compras, pelo extremo fracionamento da venda dos produtos a varejo etc.²³

No terceiro grupo, encontra-se o segmento privilegiado do conjunto dessas atividades, onde se incluem os serviços prestados pelas pequenas oficinas metalúrgicas, elétricas e aquelas voltadas à reparação e manutenção de automóveis, o artesanato moderno (produção de artigos regionais para o consumo turístico) e serviços pessoais especializados (encanadores, eletricitas, pintores, marceneiros etc.).

Os serviços prestados por esse segmento foram criados ou dinamizados justamente para atender a uma demanda que responde às necessidades e características do processo de desenvolvimento.

A demanda que impulsiona o crescimento dessas atividades provém, de um lado, das empresas capitalistas, as quais contratam temporariamente trabalhadores autônomos para a realização de certas tarefas especializadas. A prestação desse tipo de serviços, como instalação, reparação ou manutenção, é funcional para a expansão das grandes indústrias produtoras de bens de consumo durável, uma vez que suas mercadorias são objeto desses serviços. De outro lado, a demanda resulta da ampliação dos estratos mais elevados de rendas e da respectiva diversificação do consumo de novos bens industrializados (automóveis, artefatos elétricos e eletrônicos etc.), os quais passam a exigir serviços de manutenção.

A possibilidade de sobrevivência desse segmento no conjunto da economia é dada pelo próprio desinteresse do capital nesse tipo de setor, onde a produção não pode ser padronizada, nem mesmo ser organizada em escala maior. Além disso, o funcionamento nesses moldes dessas atividades é eficiente, uma vez que não requer uma maior qualificação e permite uma maior flexibilidade no atendimento de casos individuais.

Uma Aproximação Empírica das Ocupações Ditas Informais

Sendo a preocupação deste trabalho a busca de uma definição empírica dessas atividades, isto é, de uma definição viável de ser aplicada na realidade, cabe agora verificar algumas das principais características

²³ Na verdade, embora as condições específicas em que se dão as vendas do pequeno comércio localizado na periferia urbana tendam a facilitar o consumo das camadas de baixa renda, os preços das mercadorias tendem a ser mais elevados do que os dos produtos comercializados por empresas comerciais modernas, como os supermercados.

que esse conjunto de atividades apresenta, conforme diversos critérios de análise.

Usualmente, o critério proposto para definir esse conjunto de atividades é a inexistência de referencial estatístico. Via de regra, tais atividades escapam dos meios de investigação científica justamente porque os produtores trabalham sem localização fixa, não pagam patente ou impostos, são isentos de regulamentação social, não têm contabilidade etc.

Um segundo critério colocar-se-ia ao nível da unidade de produção, cujas características mais seguidamente observáveis seriam a facilidade de acesso às atividades, a utilização de fontes locais de recursos, a propriedade familiar das empresas, a escala restrita de operações, o uso abundante da mão-de-obra relativamente à utilização de tecnologia, mão-de-obra geralmente qualificada fora do sistema escolar oficial e tendência dos mercados a escaparem a toda regulamentação e abertos à concorrência.

Uma terceira caracterização dar-se-ia ao nível das relações de trabalho. O emprego dito informal tende a basear-se no trabalho familiar, no trabalho autônomo e no trabalho ocasional ou temporário.

Será este o critério — relação de trabalho — que orientará essa investigação empírica, baseada em uma amostra populacional residente em Porto Alegre.

Os dados empíricos a serem utilizados para dimensionar, pelo menos superficialmente, a magnitude das ocupações ditas informais na cidade de Porto Alegre foram extraídos de um relatório, resultado da primeira fase do projeto de pesquisa "classe social e comportamento do consumidor" que vem sendo executado pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul desde o mês de agosto de 1980²⁴.

Tal pesquisa baseia-se em uma amostra probabilística de 610 unidades familiares domiciliadas em Porto Alegre²⁵. As variáveis investigadas nessa pesquisa referem-se à renda do cabeça da família, à renda do casal, à renda familiar, à escolaridade (educação formal do indivíduo), ao ciclo vital do grupo familiar, ao nível sócio-econômico e uma série de informações relativas à posse de bens.

Os dados a serem aqui examinados — área ocupacional, sexo, escolaridade, fonte secundária de renda e rendimento próprio do chefe de família — estão referidos sempre à relação ocupacional. Das relações de trabalho investigadas na pesquisa — empregador, conta própria-empreiteiro, diarista, empregado público, empregado privado, aposentado, pensio-

²⁴ Essa linha de pesquisa propõe-se a investigar a variabilidade das estruturas de consumo associada a diversos fatores de segmentação de mercado consumidor de bens industriais duráveis. Além disso, tal linha de pesquisa visa a analisar criticamente os modelos de estratificação social empregados no campo dos estudos mercadológicos, determinar as mudanças havidas nos padrões históricos de consumo e orçamento familiar e, finalmente, discutir empiricamente algumas teorias sobre as modalidades de consumo de bens industriais duráveis, resultantes das características peculiares da distribuição da renda no Brasil.

²⁵ Para efeitos de pesquisa, foi considerada como unidade familiar o grupo humano que, ligado por laços de parentesco (consanguíneos e/ou políticos), co-habitam na mesma unidade de moradia.

nista e outros —, selecionou-se apenas as três primeiras, uma vez que são típicas, embora não exclusivas, do tipo de atividades aqui em estudo.

A relação de trabalho privilegiada nesta análise constitui-se na categoria Trabalhador por Conta Própria-Empreiteiro (CTA-E), por constituir-se na relação ocupacional característica das ocupações ditas informais e, também, porque na amostra pesquisada apresentou uma magnitude considerável. Nessa categoria, devem estar incluídos os artesãos, os vendedores sem estabelecimento fixo, os ocupados em serviços de reparação e pequenos consertos e os prestadores de serviços pessoais.

Cabe ressaltar que nessa categoria devem também estar incluídos os profissionais liberais, os quais não constituem objeto de análise. No entanto, observando o Quadro 5, estima-se que eles representariam menos de 20%²⁶ do total do CTA-E e, nesse caso, por apresentarem um baixo percentual de participação, supõe-se que sua inclusão não afetaria o exame das características dessa categoria de trabalho.

Do total de 610 indivíduos pesquisados, 1/5 (ou seja 117 indivíduos) definiu-se como trabalhador CTA-E. Como somente dois indivíduos se autodefiniram como diaristas, acredita-se que não será possível adiantar conclusões significativas a respeito dessa categoria. No caso dos empregadores, esses representaram cerca de 7% (ou seja 44 indivíduos) do total investigado. Essa categoria foi selecionada, porque se supõe que nela devam estar incluídos os autônomos, denominados por J.R. Prandi de trabalhadores por conta própria "bem sucedidos economicamente" como, por exemplo, proprietários de pequenas oficinas de reparação, padarias, pequenas lojas etc., os quais conseguem alcançar razoáveis condições de existência.

A mesma ressalva feita aos CTA-E deve ser realizada para a categoria dos empregadores, na qual devem estar incluídos os proprietários/dirigentes de estabelecimentos de médio e grande porte. Nesse caso, a variável escolaridade não será suficiente para defini-los, uma vez que o fato de terem concluído o curso superior não se coloca como requisito básico para o preenchimento de tais cargos. No entanto, como a observação empírica indica que a administração de médias e grandes empresas exige um certo nível de qualificação formal, deduz-se do Quadro 5 que a participação percentual desse contingente deve estar em torno de 50% (somando as participações das três últimas etapas de escolaridade). Essa constatação enfraquece, de certo modo, a análise de uma parcela dos empregadores que seria objeto deste estudo, à medida em que fossem proprietários de pequenos estabelecimentos.

A partir do cruzamento das diversas variáveis com a relação ocupacional, tornou-se possível auferir algumas características acerca das ocupações que não apresentam relações assalariadas de trabalho na área de Porto Alegre.

Pode-se deduzir do Quadro 1 — relação ocupacional X área ocupacional — que, em geral, é na prestação de serviços que predominam os trabalhadores autônomos. Conforme se observa no quadro, do total dos trabalhadores CTA-E, quase 2/3 estão alocados na área de serviços, estando praticamente o restante alocado no comércio.

²⁶ Essa estimativa baseia-se na hipótese de que os autônomos/profissionais liberais teriam que apresentar o curso superior completo.

Área Ocupacional

Quadro 1

Participação percentual das áreas ocupacionais no total de cada relação ocupacional

ÁREA OCUPACIONAL	CONTA PRÓPRIA- -EMPREENHEIRO	EMPREGADOR	DIARISTA	TOTAL
Não responde	2,6	0,0	0,0	0,0
Indústria	4,3	20,5	0,0	10,2
Comércio	29,1	40,9	0,0	17,9
Serviços	58,1	34,1	0,0	47,4
Outros	6,0	4,5	100,0	14,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

A maior parte dos empregadores, por sua vez, encontra-se no comércio (40,9%) e o restante, respectivamente no setor de serviços (34,1%) e indústria (20,5%).

Como o total de diaristas se encontra alocado no item relativo a outras áreas ocupacionais, supõe-se que estejam incluídos em atividades urbanas agrícolas.

Quadro 2

Participação percentual das relações ocupacionais no total de cada área ocupacional

ÁREA OCUPACIONAL	CONTA PRÓPRIA- -EMPREENHEIRO	EMPREGADOR	DIARISTA	TOTAL
Não responde	5,1	0,0	0,0	100,0
Indústria	8,1	14,5	0,0	100,0
Comércio	31,2	16,5	0,0	100,0
Serviços	23,5	5,2	0,0	100,0
Outros	7,7	2,2	2,2	100,0
TOTAL	19,2	7,2	0,3	100,0

NOTA: As três categorias em exame não somam 100%, uma vez que a pesquisa original levou em conta outras categorias aqui não consideradas.

Esse quadro permite observar a participação relativa dessas categorias de trabalho nas diversas áreas ocupacionais.

Verifica-se que o percentual de participação do trabalho autônomo (CTA-E) mantém-se alto (23,5%) no setor serviços, relativamente às demais participações. No entanto, face a essas participações, é ainda mais elevada sua participação no comércio (31,2%). Na indústria, sua participação já é bastante reduzida. Desses trabalhadores engajados na indústria e que se consideram trabalhadores por conta própria, é provável que boa parte seja constituída do que se convencionou chamar de "falsos autônomos"²⁷. Pode-se concluir, então, que os falsos autônomos não constituem uma parcela muito significativa no total dos trabalhadores CTA-E.

Nota-se, também, que a categoria Empregadores atinge o mais alto percentual de participação no setor comércio (16,5%), caindo para 14,5% na indústria e apenas 5,2% nos serviços.

Sexo

A análise da variável sexo não se mostra muito significativa, uma vez que, conforme a metodologia, foram pesquisadas somente o que se convencionou chamar de "chefe de família". Do total de chefes de família pesquisados, tão-somente 16% se constituía de mulheres.

Nesse caso, torna-se impossível verificar de forma mais abrangente a situação ocupacional das mulheres, sua distribuição nas diversas áreas ocupacionais, seu nível de renda etc.

A pesquisa empírica somente permite constatar a participação das mulheres consideradas chefes de família nas diversas categorias de trabalho.

Quadro 3

Participação percentual das relações ocupacionais por sexo e total

SEXO	CONTA PRÓPRIA- -EMPREITEIRO	EMPREGADOR	DIARISTA	TOTAL
Homens	20,9	8,2	0,4	100,0
Mulheres	10,2	2,0	0,0	100,0
TOTAL	19,2	7,2	0,3	100,0

NOTA: As três categorias em exame não somam 100%, uma vez que a pesquisa original levou em conta outras categorias aqui não consideradas.

²⁷ P.R. Souza chama de "falsos autônomos" aqueles trabalhadores que formalmente são autônomos, mas de fato produzem ou prestam serviços a uma única empresa. Podem incluir-se nesse caso, por exemplo, as costureiras a domicílio ligadas à indústria do vestuário e os vendedores ambulantes de produtos de determinada marca (sorvetes, bebidas etc.).

Enquanto, do total das mulheres investigadas (Quadro 3), 10% foram consideradas trabalhadoras por conta própria, o percentual de autônomos masculinos atingia o dobro (20,9%).

Quadro 4

Participação percentual de cada sexo no total
de cada relação ocupacional

SEXO	CONTA PRÓPRIA- -EMPREENHEIRO	EMPREGADOR	DIARISTA	TOTAL
Homens	91,5	95,5	100,0	83,8
Mulheres	8,5	4,5	0,0	16,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Se se considerar, porém, o total da categoria ocupada autonomamente, verifica-se que apenas 8,5% representava a participação feminina.

Aparentemente, concluir-se-ia, de imediato, da predominância do homem no trabalho autônomo. Cabe ressaltar novamente que somente foram pesquisadas as mulheres consideradas "cabeça do casal", o que impede uma visão melhor da distribuição das mulheres em geral nas áreas ocupacionais. Além disso, sabe-se que as mulheres ao realizarem usualmente algum "bico", ou seja, alguma atividade extra-doméstica, essa não é considerada como uma atividade principal muitas vezes porque a realizam no interior do âmbito doméstico. É o caso da lavagem de roupas, costura, culinária, que, embora possam ser remuneradas, ao se constituírem um prolongamento de suas atividades domésticas, não são consideradas como ocupações relevantes²⁸.

Escolaridade

O exame da variável Escolaridade vai permitir verificar se os trabalhadores autônomos geralmente adquirem sua qualificação fora do sistema formal de ensino.

²⁸ Um dado importante contido na pesquisa é que do total das mulheres investigadas, apenas 11,2% se declarou sem ocupação, enquanto que o percentual masculino não atingia 1%. Tal proporção é mantida ao verificar-se que do total dos declarados sem ocupação, 73,3% era constituído de mulheres.

Quadro 5

Participação percentual dos graus de escolaridade
em cada relação ocupacional

ESCOLARIDADE	CONTA PRÓPRIA- -EMPREITEIRO	EMPREGADOR	DIARISTA	TOTAL
Não frequentou	0,0	0,0	0,0	3,4
Primário incompleto	19,7	2,3	0,0	11,6
Primário completo ..	23,9	13,6	100,0	22,1
Ginasial incompleto	8,5	9,1	0,0	8,4
Ginasial completo ..	8,5	6,8	0,0	13,8
2º Grau incompleto .	6,8	6,8	0,0	5,4
2º Grau completo ...	12,0	25,0	0,0	13,6
Superior incompleto	1,7	4,5	0,0	3,9
Superior completo ..	18,8	31,8	0,0	17,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

O Quadro 5 indica que mais de 40% dos trabalhadores CTA-E não conseguiram terminar o ginásio, não atingindo, portanto, um nível médio de escolaridade. Do restante, cerca de 30% não atingiram o curso superior. Cerca de 19%, que declararam ter concluído o curso superior, foram considerados como profissionais liberais (advogados, médicos, dentistas etc.).

A partir desse quadro, pode-se deduzir também que do total dos indivíduos definidos como empregadores, 25% não concluiu o ginásio, cerca de 40% atingiu a escolaridade intermediária (do ginasial incompleto ao superior incompleto) e 32% concluiu a universidade.

Quadro 6

Participação percentual de cada relação ocupacional
por grau de escolaridade

ESCOLARIDADE	CONTA PRÓPRIA- -EMPREENHEIRO	EMPREGADOR	DIARISTA	TOTAL
Não frequentou	0,0	0,0	0,0	100,0
Primário incompleto	32,4	1,4	0,0	100,0
Primário completo ..	20,7	4,4	1,5	100,0
Ginasial incompleto	19,6	7,8	0,0	100,0
Ginasial completo ..	11,9	3,6	0,0	100,0
2º grau incompleto .	24,2	9,1	0,0	100,0
2º grau completo ...	16,9	13,3	0,0	100,0
Superior incompleto	8,3	8,3	0,0	100,0
Superior completo ..	20,4	13,0	0,0	100,0
TOTAL	19,2	7,2	0,3	100,0

NOTA: As três categorias em exame não somam 100%, uma vez que a pesquisa original levou em conta outras categorias aqui não consideradas.

Investigando-se a percentagem de cada categoria no total de indivíduos situados em cada nível de escolaridade, observa-se que os autônomos são aqueles que obtêm, face aos demais, os maiores percentuais no que se refere à sua participação nos níveis mais baixos de escolaridade: 32,4% no primário incompleto; 20,7% no primário completo; e 19,6% no ginásio incompleto. Nos níveis intermediários de escolaridade, os autônomos apresentam um percentual médio em torno de 15%. Como na categoria CTA-E encontram-se incluídos os profissionais liberais, a participação dos autônomos no total dos indivíduos com curso superior é razoável (20,4%).

Já os empregadores apresentam maiores percentuais de participação nos níveis mais avançados de escolaridade, em relação à proporção que apresentam nos níveis mínimos.

Tais cifras parecem estar bem próximas da realidade, uma vez que a distribuição dos indivíduos pesquisados nos diversos estratos da realidade parece refletir a pirâmide real de escolaridade. Isto é, da amostra investigada, cerca de 45% não chegaram a concluir o ginásio, cerca de 40% alcançaram o nível intermediário de escolaridade (até superior incompleto), enquanto que apenas 18% declararam ter cursado a universidade.

Renda

A fim de agrupar os dados de renda, esses foram categorizados em decis, sendo que cada qual contém, aproximadamente, 10% dos casos.

O Quadro 7 permite verificar as quantidades absolutas investigadas, caso se pretenda estabelecer o nível de ingresso próprio da amostra pesquisada. Deve-se observar que, nesse caso, estão incluídas todas as categorias de trabalho consideradas.

Quadro 7

Distribuição da renda do cabeça da família, segundo
decis de renda do cabeça da família

DECIS	FAIXA (Cr\$)	NÚMERO DE CASOS		REND A MÉDIA (%)	REND A CLOEAL (Cr\$)		% ACUMULADO
		F.A	(%)		F. Absol.	(%)	
1ª decil .	0 - 6 000	59	9,7	4 407	260 003	1,2	1,2
2ª decil .	6 001 - 9 700	52	8,5	7 854	408 408	1,9	3,1
3ª decil .	9 701 - 13 900	73	12,0	11 182	816 307	3,7	6,8
4ª decil .	13 901 - 16 800	59	9,7	14 934	881 100	4,0	10,8
5ª decil .	16 801 - 21 800	60	9,8	19 464	1 167 868	5,4	16,2
6ª decil .	21 801 - 28 200	65	10,7	24 756	1 609 150	7,4	23,6
7ª decil .	28 201 - 35 000	62	10,2	31 816	1 972 593	9,1	32,7
8ª decil .	35 001 - 50 000	61	10,0	44 811	2 733 500	12,5	45,2
9ª decil .	50 001 - 80 000	65	10,7	66 938	4 351 000	20,0	65,2
10ª decil .	80 001 e mais	54	8,9	140 611	7 593 000	34,8	100,0
TOTAL ..		610	100,0	35 726	21 792 929	100,0	

Os quadros a seguir fornecem informações acerca da fonte secundária de renda e ingresso próprio do chefe de família.

A observação do Quadro 8 permite verificar que a maior parte dos trabalhadores por conta própria (70,9%), empregadores (65,9%) e diaristas (100,0%) não auferem renda além de sua atividade principal. O Quadro 9 destaca o fato de que os autônomos constituem a maior parcela daqueles que não possuem fonte secundária de renda.

Quadro 8

Participação percentual dos tipos de fonte secundária de renda
no total de cada relação de ocupação

FONTE SECUNDÁRIA DE RENDA	CONTA PRÓPRIA- -EMPREITEIRO	EMPREGADOR	DIARISTA	TOTAL
Não tem	70,9	65,9	100,0	71,8
Juros e empréstimos	6,8	2,3	0,0	6,2
Outra ocupação e bicos	4,3	9,1	0,0	6,6
Aposentadoria	6,0	6,8	0,0	6,1
Aluguéis	7,7	9,1	0,0	6,7
Ações, bônus	2,6	6,8	0,0	2,0
Habilitação	0,9	0,0	0,0	0,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Quadro 9

Participação percentual das relações de ocupação no total
de cada tipo de fonte secundária de renda

FONTE SECUNDÁRIA DE RENDA	CONTA PRÓPRIA- -EMPREITEIRO	EMPREGADOR	DIARISTA	TOTAL
Não tem	18,9	6,6	0,5	100,0
Juros e empréstimos	21,1	2,6	0,0	100,0
Outra ocupação e bicos	12,5	10,0	0,0	100,0
Aposentadoria	18,9	8,1	0,0	100,0
Aluguéis	22,0	9,8	0,0	100,0
Ações, bônus	25,0	25,0	0,0	100,0
Habilitação	50,0	0,0	0,0	100,0
TOTAL	19,2	7,2	0,3	100,0

NOTA: As três categorias em exame não somam 100%, uma vez que a pesquisa original levou em conta outras categorias aqui não consideradas.

Quanto ao nível de ingresso obtido pelo chefe de família, observa-se no Quadro 10 que 1/5 dos trabalhadores CTA-E estão incluídos nos três primeiros decis, estando o restante distribuído de forma relativamente equitativa nas demais faixas de renda. Os trabalhadores por conta própria que se situam nas mais baixas faixas de renda devem estar inseridos naquelas atividades — objeto deste trabalho — que se caracterizam por não apresentar relações assalariadas de trabalho e por ocupar, predominantemente, a população de baixa renda.

Já cerca de 70% da categoria empregadores se concentra nas três faixas mais elevadas de renda, não se incluindo nenhum caso nos três decis mais baixos. Os empregadores supostamente "bem sucedidos economicamente", ou seja, proprietários de pequenos estabelecimentos, devem estar incluídos nas faixas intermediárias de renda.

O Quadro 11 mostra que até a sétima faixa (até 35.000,00) predominam, em cada decil, os trabalhadores CTA-E em relação aos demais. Deduz-se daí que os CTA-E, em relação às demais categorias, estão auferindo as mais baixas rendas.

A partir da oitava faixa, observa-se uma certa equivalência dos ingressos próprios entre esses e os empregadores. Nesse caso, estão equivalendo-se as rendas auferidas pelos profissionais liberais e os empregadores de firmas de médio e grande porte.

Quadro 10

Participação percentual das faixas de ingresso próprio no total de cada relação ocupacional

INGRESSO PRÓPRIO (1)	CONTA PRÓPRIA- -EMPREENHEIRO	EMPREGADOR	DIARISTA	TOTAL
0 - 6 000	4,3	0,0	50,0	9,7
6 001 - 9 700	2,6	0,0	50,0	8,5
9 701 - 13 900	13,7	0,0	0,0	12,0
13 901 - 16 800	10,3	2,3	0,0	9,7
16 801 - 21 800	13,7	11,4	0,0	9,8
21 801 - 28 200	12,0	9,1	0,0	10,7
28 201 - 35 000	13,7	6,8	0,0	10,2
35 001 - 50 000	7,7	18,2	0,0	10,0
50 001 - 80 000	10,3	22,7	0,0	10,7
80 001 e mais	12,0	29,5	0,0	8,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

(1) Faixa salarial em Cr\$ 1,00 a preços de 1980.

Quadro 11

Participação percentual das relações ocupacionais no total de cada faixa de ingresso próprio

INGRESSO PRÓPRIO (1)	CONTA PRÓPRIA- -EMPREENHEIRO	EMPREGADOR	DIARISTA	TOTAL
0 - 6 000	8,5	0,0	1,7	100,0
6 001 - 9 700	5,8	0,0	1,9	100,0
9 701 - 13 900	21,9	0,0	0,0	100,0
13 901 - 16 800	20,3	1,7	0,0	100,0
16 801 - 21 800	26,7	8,3	0,0	100,0
21 801 - 28 200	21,5	6,2	0,0	100,0
28 201 - 35 000	25,8	4,8	0,0	100,0
35 001 - 50 000	14,8	13,1	0,0	100,0
50 001 - 80 000	18,5	15,4	0,0	100,0
80 001 e mais	25,9	24,1	0,0	100,0
TOTAL	19,2	7,2	0,3	100,0

NOTA: As três categorias em exame não somam 100%, uma vez que a pesquisa original levou em conta outras categorias aqui não consideradas.

(1) Faixa salarial em Cr\$ 1,00 a preços de 1980.

Não se constitui o objetivo principal deste trabalho estabelecer um perfil exato dos trabalhadores autônomos na área de Porto Alegre, a partir dessa amostra pesquisada.

No entanto o exame dessas variáveis permite reforçar algumas idéias teóricas já existentes a respeito dos trabalhadores autônomos que vivem em condições materiais precárias.

O conjunto dos quadros analisados permite concluir que, em geral, esses trabalhadores, que não estão submetidos a relações de assalariamento, se situam nas áreas de serviços e comércio, apresentam baixos níveis de escolaridade e auferem rendas reduzidas.

São eles que se constituem no objeto de análise de um conjunto diversificado de teorias acerca da marginalidade urbana. Ou, como quer J. R. Prandi²⁹, "o trabalhador por conta própria ou autônomo de baixo rendimento, o trabalhador assalariado de remuneração e qualificação inferiores, e os desempregados (para deixar de lado a população favelada, os moradores de cortiço, os 'marginalizados culturais', etc.) vão compartilhar, em muitos estudos, da 'massa marginal', reduto da miséria e de grau primeiro da 'pirâmide social' (...)".

²⁹ PRANDI. op.cit. nota 17. p.26.

Resumo

Este texto propõe-se a levantar algumas questões relativas ao significado e importância das atividades ditas não tipicamente capitalistas no interior das economias urbanas.

Tendo em vista a necessidade de elaborar-se uma análise acerca dessas atividades que, incorporando a realidade, esteja voltada a situações concretas específicas, far-se-á uma investigação empírica baseada em uma amostra populacional residente em Porto Alegre. Dada a inexistência de dados disponíveis para a mensuração dessas atividades, foram utilizadas informações contidas em um projeto de pesquisa realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da UFRGS. Embora tais dados não permitam agregar um suficiente conhecimento sobre o tema, tornam possível, pelo menos, realizar algumas especulações em torno desse conjunto de atividades na cidade de Porto Alegre.

Bibliografia

- CARVALHO, Inaiã de. *A produção não-capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador*. Recife, 1978. (mimeo).
- COING, Henri. *Pauvreté urbaine et secteur informel*. (mimeo).
- ENSAIOS FEE. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, v.1, nº 2, 1981.
- FARIA, Vilmar. *Pobreza urbana, sistema urbano e marginalidade*. São Paulo, Brasiliense, 1974. (Estudos Cebrap, 9).
- JELIN, Elisabeth. *Formas de organização da atividade econômica e estrutura ocupacional: o caso de Salvador*. São Paulo, brasiliense, 1974. (Estudos Cebrap, 9).
- KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O terciário e a divisão social do trabalho*. Rio de Janeiro, Vozes, s.d. (Estudos Cebrap, 24).
- . *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo, Brasiliense, 1972. (Estudos Cebrap, 2).
- PRANDI, José Reginaldo. *O trabalhador por conta própria*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- SINGER, Paul. Emprego, produção e reprodução da força de trabalho. In: *Economia política do trabalho*. São Paulo, Hucitec, 1977.
- . *A economia dos serviços*. Rio de Janeiro, Vozes, s.d.. (Estudos Cebrap, 24).
- SOUZA, Paulo Renato. *Duas "funções" da pequena produção mercantil na acumulação capitalista em economias atrasadas*. (mimeo).
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Administração. *Projeto classe social e comportamento do consumidor*. Porto Alegre, 1981. (mimeo).